

Moção

Aprovada na Assembleia-Geral de Sócios do SPGL, de 13 de Fevereiro de 2014

Considerando que:

- 1** – Todos estamos conscientes que a ofensiva do Governo, apoiado na Troika (Comissão Europeia, BCE e FMI), visa desfigurar a sociedade democrática alicerçada na matriz do 25 de Abril;
- 2** – Para conseguir este objectivo, o seu processo de destruição da Escola Pública não deixa nenhuma das suas dimensões de fora dessa ofensiva demolidora (da redução para metade do Orçamento do Estado para a Educação Pública à sua transformação numa Escola dual – a dos ricos e a dos pobres);
- 3** – A estratégia do Governo assenta em espezinhar a Constituição e os fundamentos da Lei de Bases do Sistema Educativo, criando aos professores e educadores condições de trabalho e de vida inauditas;
- 4** – Este ataque à Escola Pública insere-se num ataque global, em que o Governo declarou guerra a todos os sectores da população portuguesa e às suas organizações;
- 5** – Nesta situação, os docentes tal como os outros trabalhadores não têm outra saída senão agarrar-se aos seus sindicatos, construindo com eles a frente unida para derrotar este ataque, no seguimento da acção dos docentes – apoiados na FENPROF (em Junho, conseguindo a unidade com todos os sindicatos, e, em 18 de Dezembro, conseguindo a unidade apesar da acção divisionista dos sindicatos ligados à UGT).

A Assembleia-Geral de sócios do SPGL, reunida a 13 de Fevereiro de 2014:

- A** – Apoia todas as iniciativas da Direcção do SPGL que forem no sentido do reforço da sua independência e da independência da FENPROF, face a um Governo inimigo, e, em simultâneo, apoia todas as acções tendentes a construir o diálogo com todos os sindicatos e associações de docentes, para conseguir os compromissos de unidade possíveis em torno das legítimas e pertinentes exigências dos professores e educadores, nomeadamente:
- a reposição imediata no escalão a que têm direito os docentes contratados, bem como a sua vinculação de acordo com as leis em vigor (nacionais e da própria União Europeia);
 - o pagamento por inteiro dos salários e pensões de aposentação, a todos os docentes no activo e aposentados;
 - a eleição dos Conselhos Pedagógicos das escolas pelos seus pares;
 - o respeito pelas instituições do Ensino superior, e por todos os seus docentes e investigadores.
- B** – Dirige-se a todos os colegas – aos sindicalizados e aos não sindicalizados – para que venham reforçar o SPGL e a FENPROF, de acordo com aquilo que a sua consciência lhes ditar, pois nesta situação todos e cada um somos imprescindíveis para salvar a Escola Pública e inclusiva, com todos os seus postos de trabalho.